

Rede Energia Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A. (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorizações de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	07/07/2015	06/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	04/12/1997	03/12/2027

Outros Serviços	Natureza
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica

A controlada ESS, que incorporou as empresas CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu das controladas, atendimentos aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos de concessão (distribuição) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão da controlada, Energisa Sul - Sudeste Distribuidora de Energia S/A (“ESS”) que incorporou as empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEV”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015 os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial (CVA), ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 Usina Termelétrica, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Dessa forma, a

administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I - Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada direta Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11 de outubro de 2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de dezembro de 2018 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, onde o montante de R\$150.666 refere-se a Empréstimos, R\$56.967 a Debêntures e R\$57.678 a Fornecedores e é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	155.357	47.751	203.108
(+) Atualização (1)	11.481	3.485	14.966
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	17.857	3.992	21.849
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	54.267	234.506
(+) Atualização (1)	11.480	3.499	14.979
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	16.273	4.970	21.243
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	61.775	265.311

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da controladora e consolidado.

(2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição das empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2019

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada), Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD), Créditos tributários, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios pós emprego.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 06 R2/FRS 16	Operações de arrendamento mercantil / Leases	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 são os seguintes:

i. CPC 06 R2) Operações de arrendamento mercantil//IFRS 16-Leases:

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo ou uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia não atua como arrendatária em contratos de alugueis e suas controladas atuam como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição: Como arrendatária, a Companhia e suas controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

As suas controladas esperam que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas 21 e 22.

Durante 2018 as controladas efetuaram uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) tendo apurado os valores como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Direito de uso	23.115	-
Arrendamentos operacionais		23.115

ii. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que segue:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda - Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;

Normas e interpretações revisadas já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia à partir de 01 de janeiro de 2018:

(i) **CPC 47 - Receita de contratos com cliente / IFRS 15**

O CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30 Receitas, o CPC17 (R1) Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotaram o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Não aplicando os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

A nova norma prevê que a Companhia reconheça as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

As novas exigências de divulgação trazem melhores informações aos usuários das demonstrações financeiras a entender a natureza, o montante, o momento e a incerteza em relação à receita e aos fluxos de caixa decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia e suas controladas realizaram análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação de cinco etapas para o reconhecimento e mensuração da receita, quais sejam: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar os preços as obrigações contidas em cada contrato; e (v) reconhecer a receita quando (ou a medida que) a Companhia satisfaz cada obrigação de contrato.

As atividades de distribuição atualmente possuem as seguintes receitas:

- Receita pelo fornecimento e suprimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de energia elétrica de curto prazo;
- Receita de construção; e
- Receita de CVA e outros itens financeiros.

As controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, sendo que, uma vez descumprido as concessionárias são obrigadas a ressarcir os clientes, por meio de desconto na fatura mensal de consumo de energia.

Com base na análise efetuada dos impactos do CPC 47, a Companhia concluiu que não há impactos significativos sobre as receitas e ou a contabilização já atende aos requisitos da nova regra, exceto quanto o reconhecimento dos custos com os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, anteriormente registrados em despesas operacionais, para deduções a receita operacional.

O CPC 47 determina ainda que as controladas só podem reconhecer os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

A norma requer ainda que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

Ademais, para as controladas diretas e indiretas do segmento de serviços especializados, referente a prestação dos serviços de planejamento e execução de obras de infraestrutura elétrica, assim como serviços de soluções de operação de PCH - Pequenas Centrais Hidrelétrica, e comercialização e liquidação de energia, receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. Com base na avaliação da Companhia não foram identificados impactos significativos em suas demonstrações financeiras e é compreendido que a receita é reconhecimento conforme o atendimento e entrega da sua obrigação de desempenho.

A seguir são apresentados os impactos de adoção do CPC47 no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultado em 31 de dezembro de 2018 consolidados.

Balanço patrimonial	2018 (Apresentado)	REF	Reclassificações	2018 (Sem impacto do CPC47/IFRS15)
Ativo				
Intangível	4.354.605	(a)	746.538	5.101.143
Ativo contratual - infraestrutura em construção	746.538	(a)	(746.538)	-
Ativos não impactados	1.141.3427		-	1.141.3427
Total do Ativo circulante e não circulante	1.6514.570		-	1.6514.570

(a) Adoção do CPC47 sobre as obras de construção e melhoria da infraestrutura do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Demonstração do Resultado	2018 (apresentado)	REF	Reclassificações	2018 (Sem impacto do CPC47/IFRS15)
Receita líquida	10.069.539	(a)	23.308	10.092.847
Despesas operacionais e administrativas	(5.614.864)	(a)	(23.308)	(767.585)
Lucro líquido do exercício	577.591			577.591
Atribuível à				
Acionistas controladores	399.564		-	399.564
Acionistas não controladores	178.027		-	178.027

(a) Com a adoção do CPC 47 as multas regulatórias (DIC, FIC, DMIC e DRIC), passaram a ser reconhecidas como dedução às receitas.

(ii) CPC 48- Instrumentos Financeiros / IFRS 9

Classificação e Mensuração - ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminadas as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest - SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 - Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 - Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 - Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa - os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9				
Ativos financeiros a custo amortizado				Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR			a	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida VJORA			ao	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA				Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros:

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Clientes, consumidores e concessionárias	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos de créditos a receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mantidos Até o Vencimento	Custo Amortizado
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Investimentos	Disponíveis para venda	VJORA
Ativo financeiro indenizável da concessão	Disponíveis para venda	VJR

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		
Fornecedores	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Debêntures	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros setoriais	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Parcelamento de tributos	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Taxas regulamentares	Mensurados pelo Custo Amortizado	Custo Amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR
Instrumentos Financeiros -MtM	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	VJR

Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros

O CPC48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabelecendo uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público).

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras de recebíveis da Companhia.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

A Companhia e suas controladas não apuraram impactos relevantes da aplicação do CPC 48 em suas demonstrações financeiras.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

1. Instrumentos financeiros

Prática contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2018:

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo

taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

A Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - (PPECLD) - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as prováveis perdas na realização dos créditos, cuja recuperação seja considerada improvável;

O cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, baseia-se nas taxas de perdas históricas observadas pela Companhia.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativas observando os valores e prazos definidos pela legislação fiscal em vigor.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resume-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidos em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

2. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 36, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: “hedge” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao

valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir desta data.

Antes de 1º de janeiro de 2018 a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, a posição ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade avalia a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que o hedge seja altamente eficaz para compensar alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto e que seja avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente eficaz durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual o hedge foi designado.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas também apresentam nesta rubrica, os valores renegociados e a estimativa para provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e as controladas, distribuidoras de energia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura..

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica que indica que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, esta atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As Controladas, distribuidoras de energia, contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- f. **Ativo e passivo financeiro setorial (CVA)** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou

obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12;

- g. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- h. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18);

- i. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 03 de dezembro de 2027 e ESS, em 30 anos com vencimento para 07 de julho de 2045 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.
- j. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Desta forma, dado que independe de sua remuneração via tarifa (intangível) ou liquidação subsequente (ativo financeiro), os ativos contratuais em construção ou de melhorias no montante de R\$597.940, registrados em 31 de dezembro de 2017 sob o escopo do ICPC 01 (R1) na rubrica de ativo intangível da concessão foram reclassificados para a rubrica de ativo contratual (vide nota explicativa nº 15), reclassificado em 01 de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 47.

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;

- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2018 e 2017, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - A Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 36.
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- p. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado do exercício e destinados a

reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).

- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- s. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- t. **Receita** - as receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é realizado mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A Companhia e suas controladas contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, onde as informações adicionais sobre os impactos da adoção das novas políticas contábeis se encontram refletidas na nota explicativa 3.1.

- u. **Benefícios pós emprego** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego - A Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do

método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia e suas controladas patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Rede Energia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo Energisa avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2018	2017
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	Distribuição de energia	99,25	98,99
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,90	99,99
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. (2)	Agrícola	-	100,00
<u>Controlada indireta</u>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

(2) A Vale do Vacaria foi encerrada em 2018.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2018		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	10.069.539	-	10.069.539
Receitas Intersegmentos	-	35.243	35.243
Total	10.069.539	35.243	10.104.782
Receitas Financeiras	302.287	29.814	332.101
Despesas Financeiras	(611.045)	(168.530)	(779.575)
Total	(308.758)	(138.716)	(447.474)
Depreciação e amortização	610.084	1.092	611.176
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	873.910	(139.518)	734.392

	2017		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	8.977.152	-	8.977.152
Receitas Intersegmentos	-	34.301	34.301
Total	8.977.152	34.301	9.011.453
Receitas Financeiras	412.957	92.995	505.952
Despesas Financeiras	(806.784)	(133.749)	(940.533)
Total	(393.827)	(40.754)	(434.581)
Depreciação e amortização	587.042	2.656	589.698
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	328.917	(36.475)	292.442

	Distribuição	Serviços	2018	2017
Ativos dos segmentos divulgáveis	15.977.325	619.214	16.596.539	15.240.491
Ativo circulante	4.240.243	393.625	4.633.868	4.075.513
Ativo não circulante	11.737.082	225.589	11.962.671	11.164.978
Passivos dos segmentos divulgáveis	11.240.418	1.005.145	12.245.563	11.105.038
Passivo circulante	2.945.198	122.963	3.068.161	3.462.934
Passivo não circulante	8.295.220	882.182	9.177.402	7.642.104

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2018	2017
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	10.104.782	9.011.453
Eliminação de receitas intersegmentos	(35.243)	(34.301)
Receita líquida consolidada	10.069.539	8.977.152
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	611.176	589.698
Depreciação e amortização consolidada	611.176	589.698
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	332.101	505.952
Eliminação de receitas intersegmentos	(4.245)	(19.292)
Receita financeira consolidada	327.856	486.660
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(779.575)	(940.533)
Eliminação de receitas intersegmentos	4.245	19.292
Despesa financeira consolidada	(775.330)	(921.241)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	734.392	292.442
Lucro antes dos impostos	734.392	292.442

	2018	2017
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	16.596.539	15.240.491
Outros valores não alocados	(81.969)	(315.378)
Total Ativo consolidado	16.514.570	14.925.113
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	12.245.563	11.105.038
Outros valores não alocados	(81.969)	(315.378)
Total passivo consolidado	12.163.594	10.789.660

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2018 equivale a 98,6% do CDI (92,54% do CDI em 2017).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	800	732	67.547	24.567
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	52.056	9.757	80.363	364.814
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	27.198
Compromissada	52.056	9.757	80.363	337.616
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	52.856	10.489	147.910	389.381

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2018 equivale a 102,3% do CDI (105,88% do CDI em 2017).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	171.237	29	956.873	811.495
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	15.117	2.450
Compromissada ⁽¹⁾	-	-	251	14.217
Fundos de Investimento ⁽²⁾	29	29	101.805	331.818
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	171.208	-	751.255	361.433
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	782	-	3.649	5.149
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	265	-	1.238	1.911
Debêntures	-	-	-	55.097
Compromissadas	21.166	-	98.716	5.239
Títulos públicos	45.226	-	180.764	10.386
Fundo de Renda Fixa	55.058	-	256.790	79.072
Letra financeira do tesouro (LFT)	34.375	-	149.858	40.618
Letra financeira (LF)	5.603	-	22.981	162.984
Letra Financeira Subordinada (LFS)	-	-	-	977
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.220	-	9.350	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	6.513	-	27.909	-
Outros instrumentos	-	-	-	50
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	-	-	88.445	101.527
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	171.237	29	956.873	811.495
Circulante	171.237	29	868.428	709.968
Não circulante	-	-	88.445	101.527

- (1) Operações compromissadas - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas a 90,0% do CDI e estão lastreadas em debêntures.
- (2) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 98,2 % a 117,6 % e média ponderada 111,5% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LTN, LFS, LF, NTNB são remuneradas a 101,5 % do CDI Fundo FI Energisa e 101,3% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (5) Inclui no consolidado, R\$ 162.809 (R\$150.407 em 2017) referente a recursos vinculados a empréstimos, conselho consumidor, luz para todos, e bloqueios judiciais.

7. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁶⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2018	2017
Valores correntes:									
Residencial	217.603	-	211.476	23.264	8.056	7.778	(39.098)	429.079	386.434
Industrial	99.521	-	19.299	3.082	4.074	16.620	(16.620)	125.976	116.455
Comercial	152.063	-	58.074	9.280	6.688	13.459	(20.147)	219.417	200.953
Rural	73.621	-	32.042	7.946	1.047	2.292	(2.292)	114.656	99.714
Poder público	56.512	-	14.125	538	557	7.277	(7.277)	71.732	68.451
Iluminação pública	24.468	-	3.673	239	90	2.289	(2.289)	28.470	14.598
Serviço público	29.011	-	5.408	2.732	3.947	41.992	(41.992)	41.098	37.475
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.047
Fornecimento não faturado	536.648	-	-	-	-	-	-	536.648	359.998
Arrecadação Processo Classificação	74.993	-	-	-	-	-	-	74.993	55.339
Valores renegociados:									
Residencial	15.291	27.426	8.585	3.895	4.287	22.821	(39.336)	42.969	30.283
Industrial	3.478	9.916	2.120	679	1.259	8.133	(12.048)	13.537	7.179
Comercial	5.171	50.296	3.327	1.581	1.548	7.955	(27.483)	42.395	32.069
Rural	4.427	11.792	1.837	906	778	1.846	(8.170)	13.416	8.788
Poder público ⁽¹⁾	9.166	126.739	1.284	89	97	3.680	(4.044)	137.011	136.492
Iluminação pública	1.510	12.315	89	52	-	-	(57)	13.909	14.345
Serviço público	253	3.728	158	28	32	126	(290)	4.035	4.888
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	113
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	(413)	(27.315)	-	-	-	-	-	(27.728)	(26.430)
Subtotal -clientes	1.303.323	214.897	361.497	54.311	32.460	136.268	(221.143)	1.881.613	1.548.191
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽³⁾	17.067	-	-	-	-	21.027	-	38.094	66.150
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	3.786
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁴⁾	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁵⁾	15.303	-	135.918	16.916	2.097	96.321	(17.533)	249.022	163.153
Total	1.347.894	214.897	497.415	71.227	34.557	253.616	(238.676)	2.180.930	1.793.481
Circulante								1.763.323	1.494.460
Não Circulante								417.607	299.021

- (1) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042).
- (2) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,40% a.a. (6,99% a.a. em 2017).
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	2018	2017
Créditos a vencer	17.067	45.123
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Sub-total créditos CCEE	38.094	66.150
(-) Aquisições de energia na CCEE	(84.768)	(193.779)
(-) Encargos de serviços do sistema	(6.747)	(3.819)
Total débitos CCEE	(53.421)	(131.448)

- (a) Valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução Homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2017), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) ICMS - as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$222.147 (R\$129.506 em 2017) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 e a avaliação efetuada não indica alterações relevantes na provisão.

Segue movimentação das provisões:

	2018	2017
Saldos iniciais - 2017 e 2016	313.858	288.988
Provisão constituída no exercício	79.161	97.696
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(73.129)	(72.826)
Saldos finais - 2018 e 2017	319.890	313.858
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	238.676	302.724
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 8)	70.429	2.387
Outros créditos-outros (uso mútuo de postes) vide nota explicativa nº13	10.785	8.747

8. Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá ⁽¹⁾	16.590	21.042
Precatório de Órgãos Públicos Municipais ⁽²⁾	65.763	-
Títulos de créditos a receber ^(3 e 4)	46.206	45.916
Ajuste a valor presente ^(1 e 3)	(23.166)	(24.095)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.429)	(2.387)
	34.964	40.476
Circulante	20.045	18.651
Não circulante	14.919	21.825

EMT:

- (1) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$16.590 (R\$21.042 em 2017) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 30 parcelas, restando 36 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$78 (R\$711 em 2017), utilizando a taxa média anual de CDI 6,40 % a.a. (6,99% a.a. em 2017).
- (2) Títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$65.763 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionado. Em 31 de dezembro de 2018 todo o montante foi integralmente transferido da

rubrica de consumidores e concessionárias. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado, conforme segue:

	2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590
Total	65.763

- (3) Aquisição de crédito de carbono no montante de R\$1.625 (R\$1.625 em 2017) que se encontra totalmente provisionado.

ESS:

- (1) A controlada, adquiriu em 2003, R\$44.033 (R\$44.033 em 2017), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2017) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2017).
- (2) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$8.299 (R\$5.586 em 2017). A controlada constitui perda de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 em 2018 (R\$762 em 2017).
- (3) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$684 em 31 de dezembro de 2018, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Regente Feijó no montante de R\$290.

Prefeituras	2018
REGENTE FEIJÓ	290
SANTO ANASTÁCIO	394
Total	684

ETO:

- (1) A controlada ETO em dezembro de 2018 registrou o montante de R\$12.496 (R\$15.208 em 2017), cujo detalhamento dos títulos é como segue:
 - a. R\$9.135 (R\$11.859 em 2017) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dividas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	2018	2017
Araguaína	-	1.427
Araguatins	163	541
Palmeirópolis	3	97
Paraíso	2.358	3.478
Silvanópolis	28	186
Taguatinga	4.601	6.130
Divinópolis (*)	442	-
Miranorte (*)	699	-
Porto Nacional (*)	651	-
Cachoeirinha (*)	33	-
Colmeia (*)	107	-
Ponte Alta do Bom Jesus (*)	50	-
Total	9.135	11.859

(*) valores integralmente provisionados até que se inicie os pagamentos

- b. R\$3.456 (R\$3.349 em 2017), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraías - TO. A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$1.989.

A Administração constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$455 (R\$751 em 2017) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Outras controladas:

(1) R\$864 (R\$864 em 2017), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada CTCE.
Em 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Vencidos	9.452
2019	11.498
2020	11.841
2021	5.290
2022 em diante	67.312
Total	105.393

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	2018	2017
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	61.478	6.900
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	3	3
Rede Power do Brasil S/A	11.415	17.366
Multi Energisa Serviços S/A	4.873	4.816
Energisa Sul Sudeste S/A	2	14.911
Total - Circulante	77.771	43.996

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	190.524	156.770
Imposto de renda retido fonte - IRRF	2.327	-	2.950	667
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	23.584	23.324	281.995	210.496
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	938	938	79.160	61.310
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	63.743	73.460
Outros	552	180	29.297	24.676
Total	27.401	24.442	647.669	527.379
Circulante	3.643	18.100	446.223	372.955
Não circulante	23.758	6.342	201.446	154.424

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

11.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.414, de 03/07/2018	15,55%	12/07/2018
ETO	Resolução 2.413, de 03/07/2018	10,13%	04/07/2018

11.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na ETO, e (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

11.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2018 e 2017 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2018	2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maio	Amarela	Vermelha Patamar 1
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Setembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Outubro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
Novembro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Dezembro	Verde	Vermelha Patamar 1

11.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do Grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da

involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Nos últimos exercícios, o Grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas mantem saldo de provisão de provável ganho no consolidado de R\$3.564, em que a Administração não tem a expectativa de que o montante venha ser repassado aos consumidores durante os procedimentos tarifários realizados pelo Poder Concedente.

12. Ativos e Passivos financeiros setoriais (CVA) - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2017	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferên- cia	Saldo em 2018	Valores em Amortizaçã o	Valores em Constitui ção	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortizaç ão	Remunera ção						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	443.958	636.173	(322.657)	32.771	(16.188)	774.057	184.910	589.147	582.790	191.267
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	294	2.575	(1.557)	24	(87)	1.249	1.131	118	1.216	33
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	20.113	26.329	(17.921)	1.091	171	29.783	9.656	20.127	21.757	8.026
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	2.124	8.496	(1.747)	220	311	9.404	988	8.416	6.814	2.590
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	-	77.010	(618)	719	(10.145)	66.966	2.279	64.687	42.730	24.236
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	20.592	21.108	(15.936)	400	(20.122)	6.042	-	6.042	3.101	2.941
Sobrecontratação de energia (4)	117.299	32.092	(88.034)	1.145	(23.849)	38.653	28.722	9.931	35.912	2.741
CUSD	1.427	948	(1.356)	27	(97)	949	709	240	853	96
Exposição de submercados (6)	28.052	74.582	(38.626)	3.497	17.509	85.014	23.424	61.590	65805	19.209
Garantias (7)	2.214	2.522	(2.476)	96	-	2.356	1.006	1.350	1.787	569
Saldo a Compensar (8)	25.527	(7.306)	(25.340)	(13.131)	35.867	15.617	12.461	3.156	14.052	1.565
Outros itens financeiros (9)	54.548	(9.696)	(15.122)	623	(23.224)	7.129	3.441	3.688	5.628	1.501
Total Ativo	716.148	864.833	(531.390)	27.482	(39.854)	1.037.219	268.727	768.492	782.445	254.774

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2017	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	32.627	-	(30.525)	14.086	(16.188)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.521	(75)	(1.357)	(2)	(87)	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²ⁱ⁾	385.963	243.515	(292.396)	12.183	-	349.265	119.761	229.504	273.229	76.036
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	15.973	(648)	(10.289)	143	171	5.350	3.797	1.553	4.932	418
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	1.481	(1.122)	(490)	15	311	195	195	-	195	-
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	130.451	(19.921)	(87.537)	1.518	(10.145)	14.366	14.366	-	14.367	(1)
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	46.372	59.061	(48.171)	1.601	(20.122)	38.741	24.468	14.273	34.143	4.598
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	70.878	160.961	(34.383)	3.395	(23.849)	177.002	33.840	143.162	128.634	48.368
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	29.771	72.070	(7.455)	3.700	-	98.086	-	98.086	-	98.086
CUSD	71	169	(58)	4	(97)	89	-	89	64	25
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	16.279	-	(15.239)	(1)	(1.042)	(3)	(3)	-	-	(3)
Saldo a Compensar ⁽⁸ⁱ⁾	1.245	4.011	(26.665)	313	35.867	14.771	12.136	2.635	13.816	955
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	6.526	62.053	(45.442)	10	(4.673)	18.474	18.459	15	18.471	3
Total Passivo	739.158	580.074	(600.007)	36.965	(39.854)	716.336	227.019	489.317	487.851	228.485
Saldo Líquido	(23.010)	284.759	68.617	(9.483)	-	320.883	41.708	279.175	294.594	26.289

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** Representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc. Inclui, Em março de 2018 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$58.643 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	-	-	28.267	29.412
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	111.151	113.094
Ordens de desativação em curso	-	-	2.462	10.284
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	5.775	1.370
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.425	1.368
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	-	32.073	22.782
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	114.764	135.682
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	2.771	2.893	80.581	76.357
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(27.808)	(28.629)
Sub-rogação do CCC ⁽⁵⁾	-	-	24.316	30.439
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	-	-	18.500	30.671
Padrão de Energia	-	-	3.264	3.357
Plano de Universalização	-	-	-	836
Despesas pagas antecipadamente	-	-	45.311	36.641
Créditos a receber de terceiros	1.663	1.663	4.782	4.782
Créditos Eletrobrás - LPT ⁽⁷⁾	-	-	16.166	26.546
Créditos Fiscais	--	-	3.962	-
Créditos a receber do Estado de Tocantins ⁽⁸⁾	-	-	50.343	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁸⁾	-	-	(40.000)	(40.000)
Aquisição de combustível para conta CCC ⁽⁹⁾	-	-	55.162	54.652
Outros	4.848	2.660	26.439	49.685
Total	9.369	7.216	556.935	635.025
Circulante	7.333	6.068	477.172	524.589
Não circulante	2.036	1.148	79.763	110.436

- (1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de agosto e setembro de 2018. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2017	12.524	6.831	5.973	4.084	29.412
Subvenção baixa renda	43.306	36.796	36.340	18.808	135.250
Ressarcimento CCEE	(46.999)	(36.530)	(34.420)	(18.446)	(136.395)
Saldos consolidados 2018	8.831	7.097	7.893	4.446	28.267

- (2) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo corresponde às subvenções incorridas nos meses de novembro e de dezembro de 2018, cujo ressarcimento será compensado no primeiro trimestre de 2019.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2017	74.710	11.797	27.836	21.339	135.682
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	283.836	65.480	153.120	98.685	601.121
Ressarcimento CCEEs	(304.104)	(64.413)	(153.857)	(99.665)	(622.039)
Saldos consolidados em 2018	54.442	12.864	27.099	20.359	114.764

As controladas EMS e ESS, desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante o exercício findo em 31 de dezembro de

2018 foram compensados R\$76.440 (R\$190.308 em 2017) referente à Subvenção CDE e R\$ 17.780 (R\$47.154 em 2017) referente Subvenção Baixa Renda.

- (3) **Banco Daycoval:** Refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das Controladas.

- (4) **Créditos a receber CELPA:** Crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS, ESS, e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.
- (5) **Sub-rogação CCC:** A controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2018	2017
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	13.235	19.019	22.416
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	3.459	1.154	3.210
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	772	4.143	4.813
Total		53.125	41.782	17.466	24.316	30.439
Circulante					10.414	5.321
Não Circulante					13.902	25.118

- (6) **Créditos a receber de terceiros:** Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

- (7) **Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A:** A controlada Energisa Tocantins reconheceu créditos a receber no montante R\$16.166, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato N° ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

- (8) **Créditos a receber do Estado de Tocantins:** Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2018	2017
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM (*)	76.589	76.589
Amortização - Dividendos	(88.744)	(63.391)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Total	50.343	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	(40.000)	(40.000)
Total não circulante	10.343	35.696

(*) A partir do mês de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o saldo do contrato em face de encontrar-se em processo de negociação com o Governo do Estado.

Trata-se de crédito mantido pela controla ETO contra o Governo do Estado de Tocantins relativo a implementação do Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008. A controlada vem mantendo tratativas junto ao Governo do Estado de forma a possibilitar a liquidação do saldo, uma vez que a ETO realizou todas as obras e cumpriu com todas as obrigações contratuais.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor da época, ou seja R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor.

Em 2017, baseado na perspectiva de conclusão das negociações, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins e efetuou cálculo do valor presente do contas a receber tendo efetuado provisão de R\$40.000. Com o avanço das negociações, a administração tem expectativa de realização dos créditos da controlada no próximo exercício social.

(9) **Aquisição de combustível da conta CCC:** A controlada Energisa Mato Grosso possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$55.162 (R\$54.652 em 2017). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

(10) **Outros:** Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$10.785 (R\$8.747 em 2017).

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%), Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (9,82 %) e Energisa Participações Minoritárias S/A (29,57%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (87,70%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON), Companhia de Eletricidade do Ace (ELETROACRE), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio (GUM) e além participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, por consequência Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Para Transmissora de Energia II S.A e Energisa Transmissão de Energia S.A.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	168	-	-	104.282
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ ("CTCE-RJ")	-	-	6.865	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("Denerge")	88.140	-	116.659	-
. QMRA Participações S/A - RJ ("QMRA-RJ")	-	-	726	-
. Energisa S/A - RJ ("Energisa-RJ")	5.827	9.240	-	200.171
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	-	55.191	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ("EEVP")	37.282	-	204	-
. Multi Energisa Serviços S/A ("Multi Energisa")	-	-	2.964	-
. Rede Power do Brasil S/A ("Rede Power")	-	-	-	83.111
Total	131.417	9.240	182.609	387.564

Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento(*)
Energisa S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/07/2020
Energisa S/A (créditos opção “C” - RJ) ⁽²⁾	CDI + 2% a.a	11/04/2036
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	04/05/2020
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	01/08/2020
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção “C” - RJ) ⁽²⁾	0,5% a.a	30/04/2018
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
QMRA Participações S/A (créditos opção “C” - RJ) ⁽²⁾	0,5% a.a	31/07/2018
Rede Power do Brasil S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	28/06/2019
Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	31/05/2020
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	100% do CDI + 2% a.a	26/07/2021
Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	01/08/2020
Multi Energisa Serviços S/A ⁽¹⁾	100% do CDI	31/03/2019

(*) Os contratos registrados no Ativo com QMRA Participações S/A - RJ (“QMRA-RJ”), Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A - RJ (“CTCE-RJ”) foram liquidados em abril de 2018 e Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A e Multi Energisa em maio de 2018. O registrado no Passivo com Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1) foi liquidado em abril de 2018 e Rede Power do Brasil S/A em maio de 2018. O contrato com QMRA Participações S/A (1) foi liquidado em dezembro de 2018.

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas e é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 0,6668% (CDI + 0,8761% a.a. em 31 de dezembro de 2017), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa S/A em 30 de setembro de 2016 com a Companhia e a controlada Rede Power, quitado em 30 de maio de 2018.
- (2) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (3) Por meio do Despacho nº 1.637, de 09 de junho de 2017 a ANEEL anuiu a Companhia de contratar mútuo com sua controlada Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A. O Instrumento Particular de Mútuo foi firmado em 26 de julho de 2017 no montante de R\$52.030 e será pago ao final do 4º ano acrescido de juros equivalentes à CDI + 2,0% ao ano, referente a distribuição de dividendos da controlada com reserva de exercício anteriores. Em 30 de maio de 2018, a Administração da controlada optou pela liquidação antecipada do contrato de mútuo.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Consolidado:

Controladas	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(2.193)
QMRA Participações S/A	43
Rede Power do Brasil S/A	(2.144)
Multi Energisa Serviços S/A	99
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	6.025
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	1.930
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	1.495
Energisa S/A	(19.721)
Total em 2018	(14.466)
Total em 2017	(58.017)

Saldos dos ativos:

		Ativos			
		Rede Energia	QMRA	2018	2017
Denerge	Mútuo	88.140	-	88.140	129.769
Energisa	Mútuo	5.827	-	5.827	78.459
EEVP	Mútuo	37.282	-	37.282	204
		131.249	-	131.249	208.432

Saldos dos passivos:

		Passivos							2018	2017
		Rede Energia	QMRA	CTCE	Energisa Tocantins (1 e 2)	Energisa Mato Grosso (1 e 2)	Energisa Sul-Sudeste (1 e 2)	Energisa Mato Grosso do Sul (1 e 2)		
Energisa	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	2.523
Energisa-RJ (3)	Créditos adquiridos - RJ	9.240	-	995	-	-	-	-	10.235	322.995
Energisa	Debêntures/Aval	-	-	-	215.234	316.133	208.726	150.721	890.814	874.723
Denerge	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	5.189
		9.240	-	995	215.234	316.133	208.726	150.721	901.049	1.205.430

(1) Em 2017 as controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota nº 22. Em 31 de dezembro de 2018 o valor atualizado é de R\$890.814 (R\$873.301 em 2017).

(2) Custo de comissão de aval, iniciado em janeiro de 2017 de garantias da controladora Energisa sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a. Em 2017 o valor foi de R\$1.422.

(3) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas.

Resultado do exercício:

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira								2018	2017
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Multi Energisa	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	Mútuo	(19.721)	(3.035)	(97.033)	-	-	-	-	-	(119.789)	(64.341)
Energisa	Debêntures/Aval	-	-	-	-	(16.653)	(25.402)	(16.332)	(10.539)	(68.926)	(73.341)
EEVP	Mútuo	1.495	-	-	-	-	-	-	-	1.495	754
Denerge	Mútuo	6.025	(110)	-	279	-	-	-	-	6.194	11.372
		(12.201)	(3.145)	(97.033)	279	(16.653)	(25.402)	(16.332)	(10.539)	(181.026)	(125.556)

Empresas		Serviços Contratados					2018	2017
		Energisa Soluções Construções S/A ⁽¹⁾	Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Multi Energisa ⁽¹⁾	Energisa S/A ⁽²⁾	Energisa Serviços Aéreos		
Multi Energisa		-	-	-	1.643	-	1.643	1.383
ESS		19.784	6.653	3.686	22.339	-	52.462	56.377
EMS		11.545	3.502	11.947	40.598	306	67.898	31.092
EMT		44.084	11.284	8.344	43.072	504	107.288	86.742
ETO		20.572	4.841	4.780	17.644	882	48.719	31.515
EPB		-	-	3.655	-	-	3.655	2.752
EBO		-	-	524	-	-	524	436
EMG		-	-	1.464	-	-	1.464	1.095
ENF		-	-	324	-	-	324	256
ESE		-	-	1.264	-	-	1.264	1.089
		95.985	26.280	35.988	125.296	1.692	285.241	212.737

- (1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.
- (2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	36	-	2.317	1.488
Remuneração da Diretoria	-	-	22.733	8.354
Outros Benefícios ^(*)	7	-	5.332	5.114

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor a remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de dezembro foram de R\$5 e R\$5 na controladora e R\$89 e R\$2 no consolidado (R\$90 e R\$2 no consolidado em 2017), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5 na controladora e R\$36 no consolidado (R\$34 no consolidado em 2017).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O Programa

de concessões de ações, têm por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas, a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 108.124 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos, a partir da data da outorga em 02 de maio de 2018.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2018.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	108.124
Prazo de carência	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%
Volatilidade ^(b)	25,61%
Valor justo na data da outorga	R\$ 27,65

(a) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos R\$663, decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de custos e despesas operacionais.

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo		
Prejuízos fiscais	222.620	231.409
Base negativa da contribuição social	80.883	97.743
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	417.549	374.181
Contribuição Social	150.317	134.705
Total - ativo não circulante	871.369	838.038

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	310.676	313.459	1.191.031	1.155.272
Contribuição Social	111.844	112.845	428.771	415.898
Total - passivo não circulante	422.520	426.304	1.619.802	1.571.170
Total passivo não circulante Líquido	422.520	426.304	748.433	733.132

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2018		2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(1.169.462)	(397.617)	(1.180.593)	(401.401)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total Passivo Não Circulante	(1.242.706)	(422.520)	(1.253.837)	(426.304)

	Consolidado			
	2018		2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	890.481	222.620	925.636	231.409
Base negativa da contribuição social	898.695	80.883	1.083.033	97.473
Créditos fiscais - ágio	96.891	32.943	107.657	36.603
Provisão ajuste atuarial	155.173	52.759	69.372	23.586
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	346.879	117.939	383.595	130.422
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	544.594	185.162	538.284	183.017
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	378.768	128.781	345.277	117.394
Marcação a mercado - empréstimos	91.792	31.209	3.290	1.119
Outras adições temporárias	56.095	19.073	50.041	17.015
	(2.189.597)	(744.463)	(2.295.161)	(780.355)
Ajustes a valor presente ⁽²⁾	(1.379.299)	(468.962)	(1.563.872)	(531.716)
Intangível - Mais Valia ⁽¹⁾	(619.481)	(210.624)	(362.295)	(123.180)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Deságio sobre investimento	(137.959)	(46.906)	(170.303)	(57.903)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(249.378)	(84.789)	(40.419)	(13.743)
Marcação a mercado - derivativos	-	-	(631)	(215)
Outras exclusões temporárias	-	-	(631)	(215)
Total	(1.304.753)	(748.433)	(1.114.903)	(733.132)
Total -Ativo Não Circulante	3.459.368	871.369	3.506.185	838.038
Total Passivo Não Circulante	(4.764.121)	(1.619.802)	(4.621.088)	(1.571.170)

(1) Refere-se ao Imposto de renda e Contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR da controlada ESS que por ter assinado o novo aditivo dos contratos de concessão que prorrogou o prazo da concessão até 2045, transferiu o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(2) Refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Consolidado
2019	39.857
2020	38.726
2021	89.467
2022	56.587
2023	61.308
2024	146.356
2025 a 2027	439.068
Total	871.369

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	382.760	138.873	734.392	292.442
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(130.138)	(47.217)	(249.693)	(99.430)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc)	-	-	(2.979)	(7.786)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (1)	-	-	81.167	32.221
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM - Efeito PERT. (1 e 3)	-	-	-	(27.925)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(11.372)	(18.616)	(22.767)	(18.616)
Incentivos de Inovação - Lei do Bem	-	-	15.596	-
Equivalência patrimonial	145.270	71.981	-	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores				
Constituídos (revertido) no Exercício (2)	13.748	(31.880)	13.748	(30.411)
Imposto de renda e contribuição social (3)	(728)	-	(1.075)	(23.869)
Outras adições	24	(1.912)	9.202	371
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	16.804	(27.644)	(156.801)	(175.445)
Alíquota efetiva	4,39%	(19,91%)	(21,35%)	(59,99%)

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$81.167, sendo: R\$ 15.962 na ETO e R\$ 65.205 na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

(2) A Rede Energia reverteu no exercício de 2017, parte dos créditos tributários constituídos em 2016, no montante de R\$31.880, relativos à parcela não utilizada pelas controladas em decorrência dos recálculos dos valores aderidos ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. No exercício corrente, constituiu o montante de 13.748 em função da consolidação do referido parcelamento.

(3) Em 2017 as controladas, EMT, EMS, ETO e ESS efetuaram recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2014, 2015, 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício

16. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Desde 31 de dezembro de 2012 as distribuidoras controladas direta e indiretamente passaram a reconhecer o VNR dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015, a ANEEL, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$270.132 (R\$158.748 em 2017).

O valor registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui a parcela do processo do 4º ciclo tarifário das controladas diretas EMT e EMS, aprovados pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.379, de 3 de abril de 2018, Nota Técnica nº. 68/2018 - SGT/ANEEL e Resolução homologatória nº 2.380, de 3 de abril de 2018, Nota Técnica nº 65/2018 - SGT/ANEEL, respectivamente.

Seguem as movimentações ocorridas no período:

	Saldo 2017	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldo 2018
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	240.711	(19.236)	33.099	1.152.117
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	4.882	(21)	1.503	45.348
TOTAL GERAL	3.468.480	550.806	(57.266)	270.132	4.232.152

	Saldo 2016	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais ⁽²⁾	Incorporação	Saldo 2017
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	585.802	73.781	2.170	42.860	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS)	12.572	4.580	-	739	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	8.331	-	-	63	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	5.854	3	-	37	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste	1.527	3	-	19	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	5.203	-	-	53	(5.256)	-
TOTAL GERAL	2.650.946	710.102	(51.316)	158.748	-	3.468.480

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 através das notas técnicas nº 68/2018 e 65/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão gerando complemento de R\$98.341 e R\$31.987 na EMT e EMS respectivamente.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participação em controladas	3.674.487	3.890.586	-	-
Outros	103	103	32.447	32.316
Total	3.674.590	3.890.689	32.447	32.316

Participação em controladas:

2018									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								456.349	3.195.461
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261	43.903	592.921
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422	222.849	1.236.194
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129	79.455	799.281
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156	110.142	567.065
Comercialização								(7.526)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,9	1	500	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)	(7.526)	-
Prestação de Serviços								4.587	8.816
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	24.875	16.050	8.825	4.590	4.587	8.816
Holdings e demais Companhias								(26.146)	470.210
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	2.350	156	2.194	(74.209)	(74.209)	2.194
Rede Power do Brasil S.A.	100	263	235.379	526.927	58.864	468.063	48.067	48.063	468.016
Total								427.264	3.674.487

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$179.377, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2017									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								163.956	3.340.785
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	7.161	6.864	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	12.970	12.801	-
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	-	-	-	-	-	-	1.764	1.736	-
Energisa Tocantins	76,67	500	516.267	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811	30.524	635.513
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(6.219)	1.290.081
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141	37.216	821.238
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. (1)	98,99	96	534.717	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190	68.753	593.953
Empresa de Distrib. De Energia Vale Parapanema S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	12.281	12.281	-
Comercialização								(5.368)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	99,99	1	500	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)	(5.368)	-
Prestação de Serviços								4.344	11.715
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	40.621	28.894	11.727	4.348	4.344	11.715
Holdings e demais Companhias								48.778	538.086
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	79.923	49.870	30.053	3.902	3.902	30.053
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	263	235.379	577.742	70.946	506.796	45.007	45.003	506.745
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	100	1	1.112	1.288	-	1.288	(127)	(127)	1.288
Total								211.710	3.890.586

(1) Em 30 de junho de 2017 a Caiuá Distribuição de Energia S.A, atualmente denominada Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

- (2) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$171.985, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2017	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2018
Distribuição	3.340.785	1.412	3.532	(572.177)	(34.440)	456.349	3.195.461
Energisa Tocantins	635.513	-	2.142	(83.323)	(5.314)	43.903	592.921
Energisa Mato Grosso	1.290.081	-	1.062	(262.242)	(15.556)	222.849	1.236.194
Energisa Mato Grosso do Sul	821.238	-	93	(100.308)	(1.197)	79.455	799.281
Energisa Sul Sudeste	593.953	1.412	235	(126.304)	(12.373)	110.142	567.065
Comercialização	-	-	-	-	-	(7.526)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(7.526)	-
Prestação de Serviços	11.715	-	-	(4.185)	(3.301)	4.587	8.816
Multi Energisa Serviços S.A.	11.715	-	-	(4.185)	(3.301)	4.587	8.816
Holdings e demais companhias	538.086	46.350	61	(87.469)	(672)	(26.146)	470.210
QMRA Participações S.A.	30.053	46.350	-	-	-	(74.209)	2.194
Rede Power do Brasil S.A.	506.745	-	61	(86.181)	(672)	48.063	468.016
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (2)	1.288	-	-	(1.288)	-	-	-
Total	3.890.586	47.762	3.593	(663.831)	(38.413)	427.264	3.674.487

- (1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;
(2) O montante de R\$1.288 foi transferido para o ativo circulante em função da liquidação da Companhia.

Controladas	Saldo em 2016	Subscrição /aquisição e AFAC	Incorporação	Ganho/Perda aquisições de ações (3)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
Distribuição	3.422.589	105	-	(2.656)	(232.537)	(10.672)	163.956	3.340.785
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	97.453	-	(101.822)	-	(2.495)	-	6.864	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	79.740	-	(85.180)	-	(7.361)	-	12.801	-
Companhia Força e Luz do Oeste	18.708	43	(18.524)	3	(1.966)	-	1.736	-
Energisa Tocantins	717.662	-	-	-	(109.220)	(3.453)	30.524	635.513
Energisa Mato Grosso	1.308.209	-	-	(2.675)	(5.289)	(3.945)	(6.219)	1.290.081
Energisa Mato Grosso do Sul	865.700	-	-	-	(81.668)	(10)	37.216	821.238
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	193.649	62	349.650	16	(14.913)	(3.264)	68.753	593.953
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	141.468	-	(144.124)	-	(9.625)	-	12.281	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	(5.368)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	-	(5.368)	-
Prestação de Serviços	8.403	-	-	-	(1.032)	-	4.344	11.715
Multi Energisa Serviços S.A.	8.403	-	-	-	(1.032)	-	4.344	11.715
Holdings e demais companhias	500.312	-	-	-	(10.998)	(6)	48.778	538.086
QMRA Participações S.A.	26.151	-	-	-	-	-	3.902	30.053
Rede Power do Brasil S.A.	472.436	-	-	-	(10.688)	(6)	45.003	506.745
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.725	-	-	-	(310)	-	(127)	1.288
Total	3.931.304	105	-	(2.656)	(244.567)	(10.678)	211.710	3.890.586

- (1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

Provisão para perdas em participação societária - investimento:

	Controladora	
	2018	2017
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - CTCE	179.377	171.985
Total - passivo não circulante	179.377	171.985

18. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2017	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2018
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.979	-	-	-	-	1.979
Máquinas e equipamentos	15,93%	60.721	-	47.190	(101)	-	107.810
Veículos	14,29%	81	-	-	-	-	81
Móveis e utensílios	6,25%	18.190	443	8.115	-	-	26.748
Total do imobilizado em serviço		80.971	443	55.305	(101)	-	136.618
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(490)	-	-	-	(63)	(553)
Máquinas e equipamentos		(38.687)	-	(31.077)	39	(6.652)	(76.377)
Veículos		(80)	-	-	-	-	(80)
Móveis e utensílios		(11.745)	-	(4.469)	1	(764)	(16.977)
Total Depreciação acumulada		(51.002)	-	(35.546)	40	(7.479)	(93.987)
Subtotal Imobilizado		29.969	443	19.759	(61)	(7.479)	42.631
Imobilizado em curso		44	19.715	(19.759)	-	-	-
Total do Imobilizado		30.013	20.158	-	(61)	(7.479)	42.631

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adições (*)	Transferências	Baixas (**)	Depreciação	Saldo 2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.525	-	164	290	-	1.979
Máquinas e equipamentos	16,51%	48.446	12.883	6.796	(7.404)	-	60.721
Veículos	14,29%	38.806	-	-	(38.725)	-	81
Móveis e utensílios	6,25%	10.729	6.678	942	(159)	-	18.190
Total do imobilizado em serviço		99.506	19.561	7.902	(45.998)	-	80.971
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(262)	(51)	(164)	-	(13)	(490)
Máquinas e equipamentos		(27.252)	(13.605)	-	2.829	(659)	(38.687)
Veículos		(35.680)	(385)	-	36.580	(595)	(80)
Móveis e utensílios		(5.432)	(5.809)	-	43	(547)	(11.745)
Total Depreciação acumulada		(68.626)	(19.850)	(164)	39.452	(1.814)	(51.002)
Subtotal Imobilizado		30.880	(289)	7.738	(6.546)	(1.814)	29.969
Imobilizado em curso		343	7.439	(7.738)	-	-	44
Total do Imobilizado		31.223	7.150	-	(6.546)	(1.814)	30.013

(*) Das adições no montante de R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(**) Das baixas no montante de R\$6.546, R\$1.718 refere-se a baixa da aeronave da controlada EMT, (R\$289) refere-se a transferência de intangível para imobilizado e R\$5.117 referem-se às baixas realizadas no exercício, que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

19. Intangível e Ativo contratual - infraestrutura em construção

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2017	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização (**)	Saldo 2018
Intangível em Serviço							
Custo:	7,40%	12.325.780	-	429.955	(184.933)	-	12.570.802
Amortização Acumulada		(6.531.727)	-	34.730	137.544	(761.164)	(7.120.617)
Subtotal		5.794.053	-	464.685	(47.389)	(761.164)	5.450.185
Em Curso		24	3	(23)	-	-	4
Total Intangível		5.794.077	3	464.662	(47.389)	(761.164)	5.450.189
Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,76%	2.964.157	-	(24.090)	-	-	2.940.067
Amortização Acumulada		(1.720.224)	1.079	(433)	-	(124.905)	(1.844.483)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.243.933	1.079	(24.523)	-	(124.905)	1.095.584
Subtotal Intangível		4.550.144	(1.076)	489.185	(47.389)	(636.259)	4.354.605
Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)							
Em construção		692.095	1.363.547	(465.095)	(667.785)	-	922.762
Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção		94.155	174.958	24.090	(116.979)	-	176.224
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		597.940	1.188.589	(489.185)	(550.806)	-	746.538
Total Intangível		5.148.084	1.187.513	-	(598.195)	(636.259)	5.101.143

(*) Das baixas no montante de R\$598.195, R\$550.806 referem-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para ativo financeiro indenizável da concessão e R\$47.389 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$550.806 (R\$710.102 em 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12)”.

(**) As controladas. EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R32.586 (R\$34.796 em 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

(***) No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização (***)	Saldo 2017
Intangível em Serviço							
Custo	7,26%	11.107.437	-	1.411.269	(192.926)	-	12.325.780
		(5.279.395)					(6.531.727)
Amortização Acumulada			14.703	(674.576)	137.682	(730.141)	
Subtotal		5.828.042	14.703	736.693	(55.244)	(730.141)	5.794.053
Em Curso		1.030.179	1.568.867	(970.938)	(935.989)	-	692.119
Total Intangível		6.858.221	1.583.570	(234.245)	(991.233)	(730.141)	6.486.172
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo		2.091.456	213	872.488	-	-	2.964.157
	3,93%						(1.720.224)
Amortização Acumulada		(951.798)	-	(660.965)	-	(107.461)	
Subtotal		1.139.658	213	211.523	-	(107.461)	1.243.933
Em Curso		203.328	562.482	(445.768)	(225.887)	-	94.155
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.342.986	562.695	(234.245)	(225.887)	(107.461)	1.338.088
			1.020.875		(765.346)		
Total Intangível		5.515.235	5	-	-	(622.680)	5.148.084

(*) Das adições no montante de R\$1.020.875, R\$14.490 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado e R\$1.006.385 investimentos realizados no exercício.

(**) Das baixas no montante de R\$765.346, R\$710.102, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para ativo financeiro indenizável da concessão e R\$55.244 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$710.102 (R\$405.972 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12)”.

(***) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

As controladas. EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$34.796 (R\$33.271 em 2016).

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,40% (7,26% em 2017).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2018	2017
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.007.463	3.030.577
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	995.109	873.969
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	238.347	236.322
Reserva para reversão	7.676	8.249
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.585	241.585
(-) Amortização acumulada	(1.844.483)	(1.720.224)
Total	2.645.697	2.670.478
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.373.889	1.332.390
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.095.584	1.243.933
Infraestrutura - Intangível em curso	176.224	94.155
Total	2.645.697	2.670.478

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais.

As controladas ESS, ETO, EMS e EMT já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CCEE ⁽¹⁾	-	-	84.768	193.779
Contratos Bilaterais ^(2 e 4)	-	-	583.203	679.471
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	47.737	35.585
Encargos de Serviço no sistema	-	-	6.747	3.819
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	4.891	4.417
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	125	125	178.178	172.130
Total	125	125	905.524	1.089.201
Circulante	125	125	857.415	999.720
Não Circulante	-	-	48.109	89.481

(1) O passivo da CCEE ao final dos anos de 2018 e 2017 é composto basicamente dos custos relativos aos meses de novembro e dezembro do respectivo ano. A redução do passivo se deve, principalmente à queda do PLD (Preço da Liquidação das Diferenças), de R\$425 em novembro de 2017 (média dos submercados) para R\$123 em novembro de 2018 e de R\$ 234 em dezembro de 2017 para R\$ 70 em dezembro de 2018. Além da expressiva queda de preço, outro fator que contribuiu para a redução do passivo da CCEE foi o aumento do GSF, que foi de 66,8% e 79,3% em novembro e dezembro de 2017, respectivamente, para 78,8% e 99,4% em novembro e dezembro de 2018. O aumento do GSF e a redução do PLD contribuíram para a redução dos valores a serem pagos pelas distribuidoras de Risco Hidrológico (Cotas de Garantia Física, Itaipu e Repactuado), além do PLD mais baixo influenciar diretamente no custo da energia comprada no curto prazo, que teve menor volume nos dois últimos meses de 2018 em relação ao mesmo período de 2017

(2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

(4) Inclui R\$78.031 (R\$195.078 em 2017), dos quais (R\$78.031 em 2017) encontravam-se contabilizados no passivo não circulante, relativos a débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115%

do CDI. Em 2018 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$127.181 (R\$159.928 em 2017) e reconhecido R\$10.134 (R\$28.778 em 2017) de atualização financeira no consolidado.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	146.101	127.758	2.367.570	2.872.287
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira	-	-	1.507.946	612.260
Encargos de dívidas - Moeda Nacional	468	468	28.137	16.044
Encargos de dívidas - Moeda Estrangeira	-	-	7.681	2.298
(-) Custos à amortizar - Moeda nacional	-	-	(540)	(5.507)
(-) Custos à amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.606)	(3.413)
Marcação à mercado de dívidas	-	-	14.014	3.290
Total	146.569	128.226	3.922.202	3.497.259
Circulante	468	468	527.365	772.808
Não Circulante	146.101	127.758	3.394.837	2.724.451

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garantias (*)
	2018	2017						
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	5.326	4.925	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		R
Credores "RJ" - BNB	11.741	10.859	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	129.502	112.442	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		-
Total em Moeda Nacional	146.569	128.226						
Total Rede Energia Participações S.A.	146.569	128.226						
EMT								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.307	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.240	483.452	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%		R
CCB - Santander(2)	5.363	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%		R + A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	93.102	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	85.858	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,68% a 10,98%		A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Nota Promissória 1ª emissão (2)	-	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	6,77%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (2)	517.965	200.149	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	7,67% a 7,74%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(2.755)						
Total em Moeda Nacional	1.359.875	1.603.615						
Resolução 4131 - Bank of America ML (2)	205.940	93.576	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	20,67% a 21,07%		A
Citibank Loan - 4131 (2)	55.688	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (2)	55.678	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%		A
Citibank Loan - 4131 (2)	123.546	-	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	20,29%		A
BBM Loan - 4131 (2)	73.707	-	3,39% a.a. Pré	out/19	Final	20,52% A		
J P MORGAN Loan (2)	103.664	-	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	20,52% A		
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(766)	(1.006)						
Marcação à Mercado de Dívida (3)	4.650	1.886						
Total em Moeda Estrangeira	622.107	189.499						
Total EMT	1.981.982	1.793.114						

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencime nto	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garant ias (*)
	2018	2017						
EMS								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.414	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.504	220.602	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal	7,12%		R
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	41.942	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,6 8% a	10,9 8%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	37.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,6 8% a	10,9 8%	A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	29.287	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	25.838	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(1.091)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	511.918	645.005						-
Citibank Loan - 4131 (2)	56.189	47.898	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,17%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (2)	56.152	47.877	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	21,27%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (2)	66.525	-	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	20,30%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(757)	(988)						-
Marcação à Mercado de Dívida (3)	1.573	(57)	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	179.682	94.730						
Total EMS	691.600	739.735						
ETO								
Luz para Todos I - Eletrobrás	13.027	18.324	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%		R
Luz para Todos II - Eletrobrás	18.706	41.153	SELIC	out/19	Mensal	6,43%		R
CCB - Santander (2)	13.909	41.742	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%		R
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	65.697	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,6 8% a	10,9 8%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	28.856	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,6 8% a	10,9 8%	A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	-	47.462	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	-	20.848	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão (2)	315.566	151.667	105,50% a 110,0% CDI	set/19	Final	6,7 7% a	7,0 6%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(540)	(1.661)	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	360.668	414.088						
Resolução 4131 - Itaú (2)	201.514	163.159	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	21,48%		R
Loan Citi - 4131 (2)	43.660	37.207	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,17%		A
Loan Citi EDC - 4131 (2)	43.624	37.187	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	21,27%		A
Merrill lynch Loan	121.160	-	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	20,67%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(717)	(939)						-
Marcação à Mercado de Dívida (3)	3.355	1.469	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	412.596	238.083						
Total ETO	773.264	652.171						
ESS								
CCB - Santander (2)	1.425	4.275	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,70%		R + A
Repasse BNDES I - Itaú (1)	-	43.812	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	10,6 8% a	10,9 8%	A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	-	29.111	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	10,77%		A
Nota Promissória - SAFRA (2)	10.615	10.903	CDI + 1,65%	fev/19	Final	8,07%		A
Total em Moeda Nacional	12.040	88.101						
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	-	25.804	4,29%a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	21,42%		A
Loan Citi - 4131 (2)	26.607	22.706	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,17%		A
Loan Citi EDC - 4131 (2)	26.605	22.703	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	21,27%		A
Banco BBM 55722 Operação 4131 (2)	-	21.398	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	19,89%		A
Merrill lynch Loan (2)	116.332	-	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	20,57%		A
Loan Citi Loan - 4131 (2)	62.383	-	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	20,74%		A
Merrill lynch Loan (2)	76.653	-	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	20,67%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(366)	(480)						-
Marcação à Mercado de Dívida (3)	4.436	(8)	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	312.650	92.123						
Total ESS	324.690	180.224						

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2018	2017					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	4.097	3.789	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.097	3.789					
Total CTCE	4.097	3.789					
Em Moeda Nacional	2.395.167	2.882.824					
Em Moeda Estrangeira	1.527.035	614.435					
Total Rede Consolidada	3.922.202	3.497.259					

*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, já enquadrado para subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Energisa S/A, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social do controlador final Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2018, foram liberados R\$650.168 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	7.866
Total	650.168

Em 08 de fevereiro de 2018, 28 de março de 2018 e 04 de Abril foram liquidados antecipadamente os contratos conforme quadro abaixo:

Empresas	Valores
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	283.444
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	126.388
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	71.753
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	153.840
Total	635.425

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018, os índices foram cumpridos.

- (2) Os contratos junto ao Bank of América Merrill Lynch, Itaú BBA, Citibank, Safra e Santander possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (3) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício fim de 31 de dezembro de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 36 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$88.445 (R\$101.527 em 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período / exercício:

Moeda/indicadores	2018	2017
US\$ x R\$	17,13%	1,50%
TJLP	6,72%	7,12%
SELIC	6,43%	9,85%
CDI	6,42%	9,94%
IPCA	3,75%	2,95%
IGP-M	7,55%	-0,53%
LIBOR	2,34%	1,30%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	0,00%	0,60%
IPC-FIPE	2,99%	2,26%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	-	677.815
2021	-	1.019.187
2022	-	285.655
2023	-	101.734
Após 2023	146.101	1.310.446
Total	146.101	3.394.837

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos iniciais em 2017 e 2016	128.226	107.184	3.497.259	3.167.857
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	1.597.614	1.242.304
Custos Apropriados	-	-	(1.311)	(4.476)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	1.116	1.120	377.919	290.957
Marcação Mercado Dívida	-	-	10.724	(5.183)
Reversão ajuste a valor presente	18.343	21.039	18.651	21.307
Pagamento de principal	-	-	(1.371.183)	(970.898)
Pagamento de juros	(1.116)	(1.117)	(207.471)	(244.609)
Saldos iniciais em 2018 e 2017	146.569	128.226	3.922.202	3.497.259
Circulante	468	468	527.365	772.808
Não circulante	146.101	127.758	3.394.837	2.724.451

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
ETO					
	Banco Santander	13	-	-	13
	Banco Citibank	189	189	268	646
	Banco Citibank - EDC	21	21	29	71
	Nota promissória 3ª Emissão	527	-	-	527
		750	210	297	1257
EMT					
	Loan Citibank	197	197	296	690
	LOAN EDC	22	22	32	76
		219	219	328	766
EMS					
	Loan Citibank	199	199	283	681
	Banco Citibank - EDC	22	22	32	76
		221	221	315	757
ESS					
	Banco Citibank	94	94	141	329
	Banco Citibank - EDC	10	10	17	37
		104	104	158	366
	TOTAL	1.294	754	1.098	3.146

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Debentures - moeda nacional	56.966	52.384	2.748.854	1.465.703
(-) custos de captação incorridos na captação	-	-	(33.953)	(17.578)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	77.778	-
Total	56.966	52.384	2.792.679	1.448.125
Circulante	1.400	1.400	41.058	86.878
Não Circulante	55.566	50.984	2.751.621	1.361.247

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização / parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	56.966	52.384	22/12/09	370.000/0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	56.966	52.384						
ETO								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	43.114	41.319	19/07/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,35%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	38.709	37.095	19/07/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	9,41%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	10.040	9.651	31/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	8,24%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.872	1.799	31/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	8,46%

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização / parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.487	3.350	31/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,86%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	118.012	117.788	31/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
Debentures 4ª Emissão	242.415	-	19/10/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797 % a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(8.429)	(3.764)						
Marcação à Mercado de Dívida	21.207	-						
Total ETO	470.427	207.238						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	305.689	306.200	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	6,90%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	11.342	10.905	31/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	8,24%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.115	2.033	31/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	8,46%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	3.939	3.786	31/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,86%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	133.325	133.072	31/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
Debentures 10ª Emissão	154.008	-	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	7,37%
Debentures 11ª Emissão	156.560	-	19/10/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797 % a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação	(4.459)	(2.218)						
Marcação à Mercado de Dívida	11.049	-						
Total EMS	773.568	453.778						
EMT								
Debentures 5ª Emissão	-	233.817	15/05/14	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	8,70%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	88.770	85.073	19/07/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,35%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	79.698	76.375	19/07/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601 % a.a	jun / 24	Final	9,41%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.112	10.683	31/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	8,24%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.072	1.991	31/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	8,46%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	3.858	3.708	31/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,86%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	130.623	130.376	31/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
Debentures 8ª Emissão	482.824	-	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	7,52%
Debentures 9ª Emissão	388.874	-	19/10/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797 % a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação incorridos na contratação	(16.292)	(7.696)						
Marcação à Mercado de Dívida	35.852	-						
Total EMT	1.207.391	534.327						
ESS								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	46.664	44.720	19/07/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	9,35%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	41.892	40.146	19/07/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601 % a.a	jun / 24	Final	9,41%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.043	8.693	31/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	8,24%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.686	1.621	31/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	8,46%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.141	3.019	31/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,86%

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização / parcelas	Taxa efetiva de juros
	2018	2017						
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	106.300	106.099	31/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,92%
Debentures 4ª Emissão	70.704	-	19/10/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797 % a.a	set / 25	Anual após set/23	8,83%
(-) custos de captação incorridos na contratação	(4.773)	(3.900)						
Marcação à Mercado de Dívida	9.670	-						
Total EMT	284.327	200.398						
TOTAL	2.748.854	1.465.703						
(-) custos de captação	(33.953)	(17.578)						
(-) Marcação à Mercado de Dívida	77.778	-						
Total em moeda nacional	2.792.679	1.448.125						
CONSOLIDADO	2.792.679	1.448.125						

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$284.242 e ajuste a valor presente.

Em 07 de março de 2018 a EMS fez a 10ª emissão de Debêntures em uma única série no valor total de R\$150.000 sendo que os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora.

Em 07 de março de 2018 a EMT fez a 8ª Emissão de Debêntures em Uma Única Série no valor total de R\$470.000 sendo que os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora.

Em 19 de Outubro de 2018 a ETO fez a 4ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$240.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dividas relacionados a projetos.

Em 19 de Outubro de 2018 a EMS fez a 11ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$155.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dividas relacionados a projetos.

Em 19 de Outubro de 2018 a EMT fez a 10ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$385.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dividas relacionados a projetos.

Em 19 de Outubro de 2018 a ESS fez a 4ª Emissão de Debêntures em série única no valor total de R\$70.000, sendo os recursos captados com a emissão destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dividas relacionados a projetos.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Em 16 de janeiro de 2018, a companhia realizou o resgate antecipado total da sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O valor do resgate atingiu R\$228.363, equivalentes ao saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento de remuneração, bem como dos encargos moratórios e do prêmio de resgate.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2018 todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2018, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	-	253.461
2021	-	874.651
2022	-	479.617
2023	-	299.958
Após 2023	55.566	843.934
Total	55.566	2.751.621

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	2019	2020	2021 em diante	Total
EMT					
	Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	630	630	946	2.206
	Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	399	399	1.398	2.196
	Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	19	19	35	73
	Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	3	3	9	15
	Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	3	3	24	30
	Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	224	224	412	860
	Debêntures 8ª Emissão Ser. Única	1.015	1.015	168	2.198
	Debêntures 9ª Emissão	1.687	1.222	5.805	8.714
		3.980	3.515	8.797	16.292
ETO					
	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	302	302	455	1.059
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	193	193	676	1.062
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	17	17	32	66
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	9	13
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	20	26
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	198	198	364	760
	Debêntures 4ª Emissão	1.053	763	3.627	5.443
		1.768	1.478	5.183	8.429
EMS					
	Debêntures 8ª Emissão	182	182	319	683
	Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	19	19	36	74
	Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	3	3	10	16
	Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	3	3	23	29
	Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	271	202	370	843
	Debêntures 10ª Emissão	414	414	69	897
	Debêntures 11ª Emissão	371	269	1.277	1.917
		1.263	1.092	2.104	4.459
ESS					
	Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	331	331	497	1.159
	Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	212	212	739	1.163
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	16	16	27	59
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	8	12
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	18	24
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	178	178	328	684
	Debêntures 4ª Emissão	324	234	1.114	1.672
		1.066	976	2.731	4.773
	TOTAL	8.077	7.061	18.815	33.953

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos iniciais em 2017 e 2016	52.384	48.174	1.448.125	701.502
Novas debêntures obtidas	-	-	1.468.295	1.154.522
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	3.339	3.348	148.453	95.352
Marcação Mercado Dívida	-	-	77.778	-
Custos empréstimos	-	-	(22.852)	(17.578)
Ajuste a valor presente	4.582	4.202	4.582	4.202
Pagamento de principal	-	-	(233.165)	(128.480)
Recompra de debêntures	-	-	-	(293.707)
Pagamento de juros	(3.339)	(3.340)	(98.537)	(67.688)
Saldos iniciais em 2018 e 2017	56.966	52.384	2.792.679	1.448.125
Circulante	1.400	1.400	41.058	86.878
Não circulante	55.566	50.984	2.751.621	1.361.247

23. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	369.895	339.739
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	8.904	5.647
Encargos Sociais	9	-	26.443	15.755
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	18.548	29.821
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL (b)	-	-	6.928	12.802
Contribuições ao PIS e a COFINS	160	47	66.419	56.879
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	93	233	4.403	1.256
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	1.510	91
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	176	105	286	526
Outros	15	16	11.470	14.689
Total	453	401	514.806	477.205
Circulante	453	401	249.251	300.075
Não Circulante	-	-	265.555	177.130

- (a) ICMS - A controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$222.147 (R\$129.506 em 2017) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.
- (b) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos estaduais são corrigidos através dos índices próprios de cada Estado.

Descrição	2018	2017
ICMS	62.269	71.863
TOTAL	62.269	71.863
Circulante	17.313	10.157
Não Circulante	44.956	61.706

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$62.269 (R\$71.641 em 2017).

Saldos em 31 de dezembro de 2018:

	Valor original	Multa	Juros	Total
ICMS	30.948	4.085	27.236	62.269
TOTAL	30.948	4.085	27.236	62.269

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2018
2019	17.313
2020	15.371
2021	13.648
Após 2021	15.937
Total	62.269
Circulante	17.313
Não circulante	44.956

25. Encargos setoriais - consolidado

	2018	2017
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	56.596	87.477
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.790	2.782
Ministério de Minas e Energia - MME	1.377	1.373
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	14.117	5.452
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	133.028	127.614
Programa de Eficiência Energética - PEE	143.708	155.120
Total	351.616	379.818
Circulante	181.094	224.765
Não circulante	170.522	155.053

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios - consolidado.

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora	Fiscais	2018	2017
Saldos iniciais - não circulante 2017 e 2016	547	547	690
Constituições de provisões	-	-	123
Reversões de provisões	-	-	(319)
Atualização monetária	35	35	53
Saldos finais - não circulante 2018 e 2017	582	582	547

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$25.187 (R\$23.640 em 2017) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2018	2017
Saldos iniciais - não circulante 2017 e 2016	180.899	186.489	12.264	18.833	398.485	401.627
Constituições de provisões	51.478	60.472	45	-	111.995	159.907
Reversões de provisões	(15.446)	(41.318)	(522)	(2.418)	(59.704)	(77.570)
Pagamentos realizados	(75.712)	(40.400)	-	-	(116.112)	(93.453)
Atualização monetária	4.879	6.623	678	618	12.798	7.974
Saldos finais - não circulante 2018 e 2017	146.098	171.866	12.465	17.033	347.462	398.485
Cauções e depósitos vinculados (*)					(53.319)	(77.452)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$203.797 (R\$176.524 em 2017). Desse total, R\$146.408 (R\$99.072 em 2017), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingencias regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2018	2017
Saldos iniciais -2017 e 2016	8.595	223.497	1.115	233.207	514.963
Alterações Valor Pedido	320	19.802	12.005	32.127	(130.797)
Alterações de Prognóstico	(50)	-	-	(50)	(161.301)
Encerramento	(8.913)	-	-	(8.913)	-
Atualização Monetária	48	7.316	318	7.682	10.342
Saldos finais 2018 e 2017	-	250.615	13.438	264.053	233.207

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2018	2017
Saldos iniciais -2017 e 2016	122.428	937.258	1.410.054	32.497	2.502.237	3.140.216
Novos processos	51.953	526.262	11.821	0	590.036	279.380
Alterações Valor Pedido	(2.069)	3.355	(114.034)	0	(112.748)	(245.121)
Alterações de Prognóstico	(2.721)	373.138	120.457	(69)	490.805	(260.811)
Encerramento	(36.973)	(84.405)	(5.332)	0	(126.710)	(527.267)
Atualização Monetária	5.090	49.618	84.940	2.079	141.727	115.840
Saldos finais 2018 e 2017	137.708	1.805.226	1.507.906	34.507	3.485.347	2.502.237

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões de empregados próprios que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$214.439 (R\$195.977 em 2017), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015,

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$33.758(R\$27.277 em 2017), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem, no montante R\$304.145, recebida em outubro de 2018.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$295.727, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$70.392 (R\$67.513 em 2017), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$39.891 (R\$38.259 em 2017), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$34.453 (R\$33.044 em 2017), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

EMS

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$63.094 (R\$60.955 em 2017), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$170.148 (R\$162.739 em 2017), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

Prognóstico alterado em dezembro de 2018, de remoto para possível, em virtude de reavaliação de risco realizada pelos consultores jurídicos responsáveis pela ação.

. Ação 00537238920164013400, no montante de R\$160.579, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$33.555 (R\$32.182 em 2017) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação;

Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$597.373 (R\$677.204 em 2017), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$291.146 (R\$199.673 em 2017), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$72.592 (60.068 em 2017); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União, (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$76.303(R\$71.705 em 2017) e (iii) auto de infração (administrativo) 0408/2018, no montante de R\$70.000 relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016 (processo recebido em dezembro de 2018).

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$48.692 (R\$65.786 em 2017), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL. A redução no valor pedido advém da reavaliação de risco realizada pelos consultores jurídicos responsáveis pela ação.

ETO

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$41.962(R\$39.434 em 2017) relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014;

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$168.278 (R\$163.081 em 2017);

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$78.677 (R\$77.611 em 2017).

. Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copae Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

27. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2018	2017
Saldos em 2017 e 2016	96.917	154.340
Juros	4.318	12.927
Amortização	(61.741)	(70.350)
Saldos em 2018 e 2017	39.494	96.917
Circulante	39.494	58.635
Não circulante	-	38.282

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o

atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Descrição	2018	2017
Saldo em 2017 e 2016	209.970	313.013
Adição no período/exercício	23.833	51.778
Atualização monetária e juros	30.652	56.509
Baixas/pagamentos	(125.243)	(211.330)
Saldo em 2018 e 2017	139.212	209.970
Circulante	93.708	111.053
Não circulante	45.504	98.917

29. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participações Empregados	-	-	40.273	17.397
Outros Benefícios a empregados	-	-	6.109	3.874
Entidade Seguradora	-	-	6.719	1.691
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	17.546	4.740
Rede Energia - Banco Pine	-	-	-	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	-	6.767
Adiantamentos de clientes	152	155	26.799	26.975
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	17.182	17.077
Encargos Tarifários	-	-	359	2.477
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	17.149	10.469
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso (*)	-	-	43.229	47.022
Credores Recuperação Judicial	-	-	57.678	51.469
Outras contas a pagar	172	34	44.960	42.085
Total	324	189	290.204	245.907
Circulante	168	168	177.996	156.640
Não Circulante	156	21	112.208	89.267

(*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD")

30. Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.777.404 (R\$2.777.404 em 2017), representando por 2.057.875 ações ordinárias (2.057.875 ações ordinárias em 2017), sem valor nominal.

30.2 Reserva de Capital

	2018	2017
Ganho/Perda com investimentos ⁽¹⁾	11.603	11.459
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	2.939	-
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	510	-
Total	15.052	11.459

(1) Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos às ações ordinárias e preferencias de controladas.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado às pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco da Amazônia S/A (Basa) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2º, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 14).

30.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

30.4 Reserva de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2018	2017
EMT	SUDAM	114/2014	78.831	(11.627)
ETO	SUDAM	113/2014	16.910	15.923
Total			95.741	4.296

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	399.564	111.229
Dividendos prescritos	-	-
Reserva legal (5%)	(19.978)	(5.561)
Lucro líquido ajustado para cálculo dos dividendos	379.586	105.668
Dividendos obrigatórios (25%) valor por ação R\$0,04611 ordinária (R\$0,1284 ordinária em 2017)	94.897	26.417
Total dos dividendos	94.897	26.417
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

30.6 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2018 e 2017:

	2017	2016
Saldo em - 2017 e 2016	(9.988)	690
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(58.202)	(16.179)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	19.789	5.501
Saldo em - 2018 e 2017	(48.401)	(9.988)

30.7 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2017	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2018
. Energisa Mato Grosso	42,33%	946.926	163.572	(192.495)	(11.418)	788	907.373
. Energisa Tocantins	23,33%	193.368	13.358	(25.353)	(1.617)	652	180.408
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	837	81	(102)	(1)	-	815
. Rede Power do Brasil	0,01%	51	5	(9)	-	-	47
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	6.061	1.013	(956)	(93)	(1.739)	4.286
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(155)	(7)	-	-	-	(162)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	8	5	(4)	(4)	-	5
		1.147.096	178.027	(218.919)	(13.133)	(299)	1.092.772

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2016	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Subscrição de aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2017
. Energisa Mato Grosso	42,33%	960.231	(4.564)	(5.846)	-	(2.895)	-	946.926
. Energisa Tocantins	23,33%	218.364	9.289	(33.234)	-	(1.051)	-	193.368
. Empresa Elétrica Bragantina	4,15%	4.220	298	(108)	-	-	-	4.410
. Companhia Nacional de Energia Elétrica	1,31%	1.058	170	(98)	-	-	-	1.130
. Companhia Força e Luz Oeste	1,47%	323	28	(29)	(45)	-	-	277
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	881	39	(83)	-	0	-	837
. Rede Power do Brasil	0,01%	47	5	(1)	-	0	-	51
. Energisa Sul Sudeste (antiga denominação da Caiuá)	1,01%	-	508	(152)	-	(33)	(79)	244
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(150)	(5)	-	-	-	-	(155)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	8	4	-	-	-	-	8
		1.184.982	5.768	(39.551)	(45)	(3.979)	(79)	1.147.096

31. Receita operacional - consolidada

	2018			2017		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	3.072.071	7.082.891	5.065.604	3.007.369	6.896.940	4.595.685
Industrial	32.415	1.458.066	1.003.746	33.738	1.536.658	1.046.793
Comercial	267.507	3.690.460	2.716.756	269.263	3.695.065	2.550.308
Rural	374.796	2.277.669	1.196.785	367.504	2.177.197	1.063.371
Poder Público	34.824	893.323	623.964	34.540	906.305	593.001
Iluminação Pública	4.799	924.460	334.718	4.835	907.111	301.298
Serviço Público	4.635	569.324	326.858	4.474	560.809	299.418
Consumo Próprio	938	24.506	-	929	24.394	-
Subtotal	3.791.985	16.920.699	11.268.431	3.722.652	16.704.479	10.449.874
Suprimento de energia elétrica	-	1.063.479	442.635	-	1.358.735	313.768
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	27.132	176.650	-	10.638	14.507
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	558	-	856.826	489	-	727.575
Receita de Construção (1)	-	-	1.050.288	-	-	1.061.020
Serviços Especializados	-	-	7.231	-	-	5.792
Penalidades Regulatórias (2)	-	-	(23.308)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	80.746	-	-	81.062
Valor Justo Ativo Financeiros Indenizável da Concessão	-	-	270.132	-	-	158.748
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(27.365)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	-	-	-	(38.391)
Constituição e Amortiz- CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	412.019	-	-	162.482
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	736.371	-	-	634.373
Total - receita operacional bruta	3.792.543	18.011.310	15.278.021	3.723.141	18.073.852	13.543.445
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	2.626.422	-	-	2.410.771
PIS	-	-	229.380	-	-	203.116
COFINS	-	-	1.057.158	-	-	936.036
CPRB	-	-	1.080	-	-	1.334
ISS	-	-	1.754	-	-	1.505
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (4)	-	-	57.734	-	-	42.713
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	43.688	-	-	38.756
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.134.918	-	-	882.387
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	43.688	-	-	38.783
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	12.660	-	-	10.892
Total	-	-	5.208.482	-	-	4.566.293
Total - receita operacional líquida	3.792.543	18.011.310	10.069.539	3.723.141	18.073.852	8.977.152

- (1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Com a adoção do CPC 47 - Receitas de contratos com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC e DMIC), passaram a ser reconhecidas em dedução às receitas operacionais. Para efeito comparativo, o montante das multas em 31 de dezembro de 2017 é de R\$18.214 e estão classificadas como despesas operacionais.
- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das receitas adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$387.034 (R\$344.505 em 2017), tendo repassado à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

CCRBT o montante de R\$57.734 (R\$42.713 em 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias em 2018 foi de R\$329.300 (R\$301.792 em 2017).

Para os meses de janeiro a outubro de 2018 e exercício de 2017 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2018	2017
Janeiro	Nº 516 de 06 de março de 2018 (Nº 592 de 02 de março de 2017)	(2.009)	105
Fevereiro	Nº 728 de 02 de abril de 2018 (Nº 899 de 30 de março de 2017)	1.636	84
Março	Nº 981 de 30 de abril de 2018 (Nº 1.237 de 05 de maio de 2017)	1.482	(5.244)
Abril	Nº 1.210 de 01 de junho de 2018 (Nº 1.492 de 30 de maio de 2017)	1.672	(17.501)
Maio	Nº 1.472 de 03 de julho de 2018 (Nº 1.944 de 04 de julho de 2017)	(3.665)	(15.690)
Junho	Nº 1.706 de 30 de julho de 2018 (Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017)	(31.331)	(15.710)
Julho	Nº 1.965 de 29 de agosto de 2018 (Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017)	(12.998)	(7.511)
Agosto	Nº 2.258 de 3 de outubro de 2018 (Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017)	(13.358)	(2.174)
Setembro	Nº 2.498 de 30 de outubro de 2018 (Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017)	2.884	9.893
Outubro	Nº 2.807 de 03 de dezembro de 2018 (Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017)	(5.115)	4.220
Novembro	A ser homologado (Nº 2 de 02 de janeiro de 2018)	-	4.285
Dezembro	A ser homologado (Nº 242 de 30 de janeiro de 2018)	3.068	2.530
Total		(57.734)	(42.713)

32. Custo e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
		2018	2017
Pessoal e administradores	44	44	-
Serviços de terceiros	6.902	6.902	1.077
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	(196)
Outras	231	231	1.847
	7.177	7.177	2.728

Consolidado						
Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiro	Gerais e Administ.	2018	2017
Energia elétrica comprada para revenda	4.891.316	-	-	-	4.891.316	4.656.319
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	723.548	-	-	-	723.548	406.024
Pessoal e administradores	-	470.219	182	170.322	640.723	564.439
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	663	663	-
Benefício pós emprego	-	8.908	(251)	9.745	18.402	36.137
Material	-	81.598	(3.354)	22.560	100.804	92.465
Serviços de terceiros	-	317.133	-	309.685	626.818	575.236
Depreciação e amortização	-	572.555	-	38.621	611.176	589.698
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	79.161	-	-	79.161	97.696
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	-	(63.821)	(63.821)	(11.115)
Custo de construção	-	-	1.050.288	-	1.050.288	1.061.020
Outras	-	39.976	37	87.449	127.462	139.348
	5.614.864	1.569.550	1.046.902	575.224	8.806.540	8.207.267

Energia elétrica comprada para revenda:

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada para revenda	
	2018	2017	2018	2017
Energia de Itaipú - Binacional	2.942.272	2.965.571	877.267	795.103
Energia de leilão	8.349.848	7.364.658	1.952.271	1.815.910
Energia bilateral	4.364.425	4.967.245	1.028.670	1.123.987
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	617.391	605.384	134.405	137.779
Energia de curto prazo - CCEE	312.382	516.647	571.769	494.237
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória 1410/2013	4.293.805	4.461.033	625.339	606.666
Programa incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	405.372	411.777	150.859	142.855
Energia de reserva - ERR	-	-	46.512	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(495.776)	(460.218)
Total	21.285.496	21.292.315	4.891.316	4.656.319

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

33. Outros resultados

	Consolidado	
	2018	2017
Outras Receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	69.054	65.671
Total	69.054	65.671
Outras Despesas:		
Perdas na alienação/desativação	(146.087)	(104.389)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS)	(4.100)	(2.669)
Outras	-	(1.475)
Total	(150.187)	(108.533)

34. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.250	1.708	61.531	111.493
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	176.860	160.632
Variação monetária e cambial	-	-	28	2.743
Atualização dos contratos de mútuo	9.513	36.681	14.141	42.851
Atualização depósito judicial	1.548	-	5.112	4.492
Juros Selic s/ impostos a recuperar	567	876	17.053	29.829
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	27.482	11.330
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(787)	(1.586)	(16.784)	(24.095)
Deságio aquisição de créditos de IR e CSLL - PERT	-	-	-	38
Redução: multas e juros Selic (Lei 13496) - PERT	-	-	-	6.748
Juros Selic s/ PERT	-	-	-	13.291
Dividendos investimentos avaliados a custo	-	-	1.950	4.958
Atualização CCC	-	-	13.846	13.846
Juros ativos	-	-	16.662	37.867
Outras receitas financeiras	4	9	9.975	70.637
	14.095	37.688	327.856	486.660
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(4.455)	(4.468)	(366.791)	(334.036)
Variação monetária e cambial	-	-	(169.715)	(81.051)
Marcação a mercado da dívida	-	-	(88.502)	5.184
Marcação a mercado derivativos	-	-	76.505	19.246
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	(6.831)	(13.635)
Instrumentos Financeiros	-	-	119.701	(25.388)
Atualização dos contratos de mutuo	(23.980)	(94.698)	(126.241)	(92.595)
Ajuste a valor presente	(5.118)	(5.763)	(7.607)	15.515
Atualização PEE e P&D	-	-	(3.784)	(17.219)
Despesas com IOF	(915)	(2.616)	(1.579)	(10.723)
Atualização provisão para riscos	(35)	(53)	(12.798)	(7.975)
Juros e multas	(10.978)	(1.599)	(48.567)	(16.717)
Juros e multa - PERT	-	-	-	(27.384)
Outros débitos fiscais - PERT	-	-	-	(1.036)
Juros de incorporação de redes	-	-	(30.652)	(55.393)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(36.965)	(24.319)
Atualização monetária, juros e multas - Refis Estadual	-	-	-	(44.215)
Provisões de perdas com créditos de ICMS	-	-	-	(73.821)
Atualiz. parcelamento de impostos e encargos	-	-	-	(4.770)
Despesa de Aval	-	-	(3.370)	(10.448)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	(537)	(12.928)
Outras despesas financeiras	(5.928)	1.400	(67.597)	(107.533)
Total despesas financeiras	(51.409)	(107.797)	(775.330)	(921.241)
Despesas financeiras líquidas	(37.314)	(70.109)	(447.474)	(434.581)

35. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2018	2017
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	3.990	2.212
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	2.375	1.468
Auto-Frota	23/10/2019	Até 360/veículo	931	627
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	1.460.722	870	1.033
Compreensivo Empresarial	-	-		2
Transporte Nacional	04/04/2019	Até 2.000/transporte	125	159
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	50.000	328	181
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-R.E.T.A (Drones)	12/01/2020	289/drone	19	-
			8.638	5.682

(*) Importância Segurada relativa ao mês de dezembro/2018 e prêmio anualizado.

36. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$270.132 (R\$158.748 em 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 16.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		52.856	52.856	10.489	10.489
Créditos com partes relacionadas		131.417	131.417	182.609	182.609
		184.273	184.273	193.098	193.098
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	171.237	171.237	29	29
		171.237	171.237	29	29
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		125	125	125	125
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		203.535	203.535	180.610	180.610
Débitos com partes relacionadas		9.240	9.240	387.564	387.564
		212.900	212.900	568.299	568.299

Consolidado					
	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		147.910	147.910	389.381	389.381
Clientes, consumidores e concessionárias		2.180.930	2.180.930	1.793.481	1.793.481
Créditos com partes relacionadas		131.249	131.249	208.432	208.432
Títulos de créditos a receber		34.964	34.964	40.476	40.476
Ativos financeiros setoriais		1.037.219	1.037.219	716.148	716.148
		3.532.272	3.532.272	3.147.918	3.147.918
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	956.873	956.873	811.495	811.495
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	4.232.152	4.232.152	3.468.480	3.468.480
Instrumentos financeiros derivativos	2	293.862	293.862	66.553	66.553
		5.482.887	5.482.887	4.346.528	4.346.528
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		905.524	905.524	1.089.201	1.089.201
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil		6.714.881	6.721.577	4.945.384	4.952.962
Débitos com partes relacionadas		10.235	10.235	330.707	330.707
Parcelamento de tributos		62.269	62.269	71.863	71.863
Passivos financeiros setoriais		716.336	716.336	739.158	739.158
Taxas regulamentares		39.494	39.494	96.917	96.917
		8.448.739	8.455.435	7.273.230	7.280.808
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	44.484	44.484	26.134	26.134
		44.484	44.484	26.134	26.134

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2018 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$76.590 (R\$5.231 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2018, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2018 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$11.912 (R\$48 em 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como

consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é:

	Consolidado	
	2018	2017
Dívida (a)	6.714.881	4.945.384
Partes Relacionadas (c)	10.235	322.995
Caixa e equivalentes de caixa	(147.910)	(389.381)
Dívida líquida	6.577.206	4.878.998
Patrimônio líquido (b)	(3.258.204)	(2.988.357)
Índice de endividamento líquido	2,02	1,63

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		125	-	-	-	-	125
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.332	10.739	8.912	211.794	235.777
Total		125	4.332	10.739	8.912	211.794	235.902

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		848.653	20.756	-	-	48.109	910.518
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	6,19%	212.725	674.932	3.595.636	1.653.301	3.059.016	9.195.610
Instrumentos Financeiros Derivativos		(20.639)	(18.379)	63.967	82.889	141.540	249.378
Total		1.033.739	677.309	3.659.603	1.736.190	3.248.665	10.355.506

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6	52.856	10.489	147.910	389.381
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	171.237	29	956.873	811.495
Clientes, consumidores e concessionárias.	7	-	-	2.180.930	1.793.481
Títulos de créditos a receber	8	-	-	34.964	40.476
Ativo financeiro setorial	12	-	-	1.037.219	716.148
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	4.232.152	3.468.480
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	293.862	66.553
Créditos com partes relacionadas	14	131.417	182.609	131.249	208.432

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com alta de 17,1 % sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$3,8748 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34 %, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2018, de R\$6.751.980 (R\$4.971.883 em 2017), R\$1.529.641 (R\$617.848 em 2017) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm custo máximo de 4,35% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em julho de 2023.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta R\$3.099 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, R\$290.763 (R\$65.423 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante, R\$42.117 (R\$26.134 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante, R\$2.367 no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	18.861	VC + 4,52%	CDI + 0,65%	21/10/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,647%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,10%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,647%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,647%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.365.666	433.575	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.529.483)	(453.500)
Swap Cambial (Derivativo)	1.365.666	433.575	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.529.483	453.500
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.376.792)	(438.015)
			Posição Líquida Swap	152.691	15.485
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.376.792)	(438.015)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida (Objeto de Hedge) (*)	-	151.351	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(164.346)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	-	151.351	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	164.346
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(152.083)
			Posição Líquida Swap	-	12.263
			Posição Líquida Dívida + Swap	-	(152.083)

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2018	2017		2018	2017
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.222.950	372.950	Taxa Pré-Fixada	(1.341.603)	(397.987)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.222.950	372.950	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.341.457	398.011
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.244.770)	(385.340)
			Posição Líquida Swap	96.687	12.671
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.244.916)	(385.316)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2018 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste

basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2018, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.365.666)		(1.226.006)	(1.573.461)	(1.920.917)
Variação Dívida	-		139.660	(207.795)	(555.251)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	1.529.483	Alta US\$	1.389.823	1.737.278	2.084.734
Variação - USD e LIBOR	-		(139.660)	207.795	555.251
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.376.792)		(1.376.792)	(1.376.792)	(1.376.792)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	152.691		13.031	360.486	707.942
Total Líquido	(1.212.975)		(1.212.975)	(1.212.975)	(1.212.975)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2018, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.212.975 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$1.212.975 em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.222.950)		(1.222.950)	(1.222.950)	(1.222.950)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.341.457		1.341.457	1.341.457	1.341.457
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.244.770)		(1.244.770)	(1.356.730)	(1.467.864)
Variação - CDI + TJLP	-	Alta CDI	-	(111.960)	(223.094)
Subtotal	96.687		96.687	(15.273)	(126.407)
Total Líquido	(1.126.263)		(1.126.263)	(1.238.223)	(1.349.357)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 6,42 %, TJLP = 6,72 % ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.037.236	Alta CDI	67.420	84.275	101.130
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.376.792)	Alta CDI	(89.491)	(111.864)	(134.237)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.999.368)	Alta CDI	(194.959)	(243.699)	(292.439)
	(1.338.885)	Alta IPCA	(50.208)	(62.760)	(75.312)
	(644.721)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(6.359.766)		(334.658)	(418.323)	(501.988)
Total - perdas (2)	(5.322.530)		(267.238)	(334.048)	(400.858)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2019 (6,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2018, TR 0,00% e IPCA 3,75%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$392.214

37. Benefícios pós emprego

37.1 Plano de Aposentadoria e Pensão

A Controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando

apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A Controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício definido I e o plano de contribuição variável II mantidos pela EMS eram administrados até agosto de 2018 pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência complementar autorizada a funcionar pela Portaria MPAS/GM Nº 4.442, de 14.04.89 nos termos da Lei Nº 6.435/77 e do Decreto Nº 81.240/78, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 277 de 02/04/2018, pela EnergisaPrev.

Os planos de benefício patrocinados pelas Controladas junto à Energisaprev são:

EMT

a) Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

b) Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

EMT, ETO e ESS

c) Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

EMT, ETO, ESS e EMT

d) Plano de Benefícios Elétricas-R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

e) Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

f) Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

Em 31 de dezembro de 2018, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$12.623 (R\$13.376 em 2017).

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2018

a) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2018				
	BD-I	OP	R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MEDIA	N/A	LIGHT MEDIA	Light Média	Light Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 por sexo	N/A	MI 85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família Padrão	N/A	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas					
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	4,85% a.a.	4,85% a.a.	5,11% a.a.	4,85% a.a.	4,96% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,04% a.a.	9,04% a.a.	9,31% a.a.	9,04% a.a.	9,16% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1	1	1	1,00	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários	7,38% a.a.	N/A	7,38% a.a.	Não Aplicável	7,95% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	Nula	Nula
III - Regime Financeiro de Capitalização					
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

	2017				
	BD-I	OP	R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MEDIA	N/A	LIGHT MEDIA	Light Média	Light Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 por sexo	N/A	MI 85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família Padrão	N/A	Família Padrão	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas					
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,14% a.a.	5,14% a.a.	5,28% a.a.	5,14% a.a.	5,14% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,35% a.a.	9,35% a.a.	9,49% a.a.	9,35%	9,35%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1	1	1	1,00	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários	7,38% a.a.	N/A	7,38% a.a.	Não Aplicável	7,95% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	Nula	Nula
III - Regime Financeiro de Capitalização					
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do

crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 R1 (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

b) Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	EMT	EMS	ETO	ESS	Total - 2017
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II, BD-I, OP e R
Valor presente da obrigação de benefício definido					
Saldo no início do exercício - 2017	197.260	159.953	16.554	111.328	485.095
Custo do serviço corrente	413	509	259	238	1.419
Custo dos juros	17.828	14.384	1.496	10.057	43.765
Benefícios pagos	(14.539)	(32.996)	(960)	(7.743)	(56.238)
Custo do serviço passado (alteração regulador Plano OP)	(9.604)	-	-	-	(9.604)
Ganhos/Perdas atuariais	11.004	35.609	521	7.786	54.920
Saldo no final do exercício - 2018	202.362	177.459	17.870	121.666	519.357
Valor justo dos ativos do plano					
Saldo no início do exercício - 2017	190.718	205.190	15.065	113.816	524.789
Retorno esperado	17.285	18.613	1.401	10.314	47.613
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	1.118	710	594	511	2.933
Benefícios pagos	(14.540)	(32.996)	(961)	(7.744)	(56.241)
Ganhos/Perdas atuariais	(27.014)	31.321	(1.854)	(13.022)	(10.569)
Saldo no final do exercício - 2018	167.567	222.838	14.245	103.875	508.525
Posição líquida	(34.795)	45.379	(3.625)	(17.791)	(10.832)
Saldos:					
BD-I	(16.952)	18.493	(1.757)	(9.309)	(9.525)
OP	(4.068)	27.006	(223)	(5.226)	17.489
R	(13.775)	(120)	(1.645)	(3.256)	(18.796)
Total	(34.795)	45.379	(3.625)	(17.791)	(10.832)
Déficit registrado	(34.795)	(120)	(3.625)	(17.791)	(56.331)
Superavit não registrado	-	45.499	-	-	45.499
Circulante	(4.086)	(12)	(551)	(1.363)	(6.012)
Não circulante	(30.709)	(108)	(3.074)	(16.428)	(50.319)

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício:

	Consolidado	
	2018	2017
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(29.559)	(15.650)
Contribuições da Companhia/Participantes	2.235	3.391
Outros Resultados Abrangentes	(37.308)	(7.968)
Receitas e (Despesas) correntes	(2.642)	(3.281)
Impacto decorrente de redução no plano de benefícios	9.604	-
Efeito do limite do teto do ativo	1.339	(6.050)
Total	(56.331)	(29.558)

Demonstração das despesas para o exercício de 2019:

	EMT	EMS	ETO	ESS	Total
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Custo do serviço corrente (com juros)	493	1	269	241	1.004
Juros sobre as obrigações atuariais	17.775	(28)	1.565	10.652	29.964
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(14.674)	39	(1.283)	(9.057)	(24.975)
Contribuição dos participantes do plano	492	-	-	-	492
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.086	12	551	1.836	6.485

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

37.2 Gratificação por aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

A referida gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Reconciliação	2018
Efeito em ORA	(1.160)
Efeito no Resultado do Exercício	251
Posição líquida em 2018	(909)
Circulante	(77)
Não Circulante	(832)

37.3 Plano de saúde

As Controladas mantêm benefício pós emprego, Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação INPC Saúde (EMT) e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares -VCMH (EMT, ETO e ESS).

No exercício de 2018 as controladas procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego) de assistência médico-hospitalar tendo apurado o montante de R\$97.932 (39.814 em 2017), dos quais R\$4.583 (R\$22.992 em 2017) foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R\$4.274 (R\$2.581 em 2017) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$49.261 (R\$14.241 em 2017) referente ao ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas com o plano de saúde foram de R\$53.302 (R\$42.272 em 2017), no consolidado. Inclui R\$4.583 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	Consolidado	
	2018	2017
Valor presente das obrigações no início do ano	39.814	22.045
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	4.583	947
Juros sobre obrigação atuarial	4.274	2.581
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	49.261	14.241
Valor das obrigações calculadas no final do ano	97.932	39.814
Circulante	13.039	5.467
Não Circulante	84.893	34.347

Demonstração das despesas para os exercícios de 2019, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado
	2019
Custo do serviço corrente (com juros)	(4.161)
Juros sobre as obrigações atuariais	(8.878)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	(13.039)

38. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Vigência	Contrato de compra de energia - reais mil (*)				
		2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	482.447	469.900	481.876	507.399	10.107.061
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	1.568.105	1.673.516	1.725.308	1.538.349	26.730.973
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2019 a 2050	409.365	396.555	406.517	379.745	8.081.231
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2019 a 2050	774.171	745.018	759.918	716.639	15.826.502
		<u>3.234.088</u>	<u>3.284.989</u>	<u>3.373.619</u>	<u>3.142.132</u>	<u>60.745.767</u>

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2018 e foram homologados pela ANEEL.

39. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2018 e 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2018	2017
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	550.806	710.102
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	270.132	158.748
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	94.839	103.908
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	23.883	51.778
Estoques - transferência para o intangível	-	2.791
Atividades de investimentos		
Partes Relacionadas - compensação de créditos	102.619	358.715
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	94.839	103.908
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	23.883	51.778
Atividades de financiamento		
Partes Relacionadas - compensação de débitos	102.619	358.715
Dividendos Governo do Estado de Tocantins	25.353	35.107
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	-	11.630
Depósitos e Cauções Vinculados	-	9.661
Impostos a recuperar	-	5.620
Tributos e contribuições sociais	-	3.593
Atividades de investimentos		
Intangível	-	1.718

40. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Exercícios findos em:	
	2018	2017
Lucro líquido básico por ação - operações continuadas:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	-	-
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	399.564	111.229
	399.564	111.229
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias	2.057.875	2.057.875
	2.057.875	2.057.875
Lucro líquido básico por ação:		
Ação preferencial	-	-
Ação ordinária	0,1942	0,0541

41. Eventos subsequentes

41.1 Bandeiras tarifárias:

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de Janeiro a Março de 2019, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

41.2 Antecipação de dividendos do exercício de 2018 - Controladas

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 31 de dezembro de 2018, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos R\$ mil	Valor por ação R\$	Data pagamento
Energisa Mato Grosso do Sul	52.373	80,9469834393	26/02/2019
Energisa Tocantins	16.910	25,9517870828	26/02/2019
Energisa Sul Sudeste	23.343	240,378529121	26/02/2019